

Demonstrações Contábeis

Marangatu 11 Energias Renováveis S.A.

31 de dezembro de 2023 e 2022
com Relatório do Auditor Independente

Marangatu 11 Energias Renováveis S.A.

Demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2023 e 2022

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais	1
Demonstrações contábeis individuais	
Balanço patrimonial	3
Demonstração do resultado	5
Demonstração do resultado abrangente	6
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	7
Demonstração do fluxos de caixa	8
Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais	9



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos Diretores e Acionistas
Marangatu 11 Energias Renováveis S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Marangatu 11 Energias Renováveis S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS").

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Valores correspondentes ao exercício anterior

Não examinamos, nem foram examinadas por outros auditores independentes as demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, cujas cifras estão apresentadas para fins comparativos, e, conseqüentemente, não emitimos opinião sobre elas.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.



Marangatu 11 Energias Renováveis S.A.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

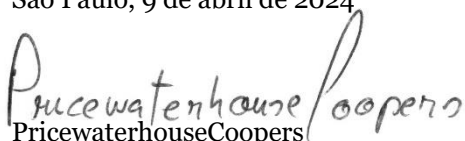
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 9 de abril de 2024


PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Adriano Formosinho Correia
Contador CRC 1BA029904/O-5

Marangatu 11 Energias Renováveis S.A.

Balanco Patrimonial

31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u> Não auditado
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	5	157
Impostos a recuperar	5	62	1
Outros ativos circulantes	6	457	17
Total ativo circulante		<u>524</u>	<u>175</u>
Não circulante			
Imobilizado	7	106.358	364
Intangível	8	32	3.334
Total ativo não circulante		<u>106.390</u>	<u>3.698</u>
Total dos ativos		<u><u>106.914</u></u>	<u><u>3.873</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Marangatu 11 Energias Renováveis S.A.

Balanço Patrimonial

31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u> Não auditado
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	9	5.178	221
Impostos a recolher	5	259	4
Total passivo circulante		<u>5.437</u>	<u>225</u>
Não circulante			
Provisões	10	954	-
Total passivo não circulante		<u>954</u>	<u>-</u>
Patrimônio Líquido	11		
Capital social		100.605	3.740
Prejuízos acumulados		(82)	(92)
Total patrimônio líquido		<u>100.523</u>	<u>3.648</u>
Total dos passivos e patrimônio líquido		<u>106.914</u>	<u>3.873</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Marangatu 11 Energias Renováveis S.A.

Demonstração do resultado

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota	<u>2023</u>	<u>2022</u> Não auditado
Administrativas e gerais	12	(84)	(97)
Outras (despesas) receitas operacionais		-	-
Prejuízo antes do resultado financeiro		(84)	(97)
Receitas financeiras	13	120	5
Despesas financeiras	13	(24)	-
Resultado financeiro líquido		96	5
Lucro (Prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		12	(92)
Imposto de renda e contribuição social correntes	14	(2)	-
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	11	10	(92)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Marangatu 11 Energias Renováveis S.A.

Demonstração do resultado abrangente

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	<u>2023</u>	<u>2022</u> Não auditado
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	10	(92)
Resultado abrangente total do exercício	<u>10</u>	<u>(92)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Marangatu 11 Energias Renováveis S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
 Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022
 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Capital social	(-) Capital a integralizar	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021 Não auditado	-	-	-	-
Integralização de capital	3.740	-	-	3.740
Prejuízo líquido do exercício	-	-	(92)	(92)
Saldos em 31 de dezembro de 2022 Não auditado	3.740	-	(92)	3.648
Aporte de capital	120.583	(23.718)	-	96.865
Lucro líquido do exercício	-	-	10	10
Saldos em 31 de dezembro de 2023	124.323	(23.718)	(82)	100.523

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Marangatu 11 Energias Renováveis S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022 Não auditado
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro (prejuízo) antes dos tributos sobre o lucro		12	(67)
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais			
Outros		-	54
		<u>12</u>	<u>(13)</u>
(Aumento) diminuição de ativos operacionais			
Impostos e contribuições sociais compensáveis	5	(61)	-
Adiantamentos		-	(356)
Outros ativos operacionais	6	(440)	-
		<u>(501)</u>	<u>(356)</u>
Aumento (diminuição) de passivos operacionais			
Fornecedores	9	4.957	220
Impostos e contribuições sociais	5	259	4
		<u>5.216</u>	<u>224</u>
Caixa proveniente das atividades operacionais			
Imposto de renda e contribuição social pagos	5	(6)	(1)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais			
		<u>4.727</u>	<u>(145)</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Adições ao Imobilizado e Intangível	7,8	(101.738)	(1.872)
Caixa líquido aplicados nas atividades de investimento			
		<u>(101.738)</u>	<u>(1.872)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Aumento de capital líquido do custo de emissão	11	96.865	2.165
Caixa líquido aplicados nas atividades de financiamento			
		<u>96.865</u>	<u>2.165</u>
(Redução) Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa			
		<u>(152)</u>	<u>147</u>
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	5	157	157
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		157	10
		<u>(152)</u>	<u>147</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. Contexto Operacional

A Marangatu 11 Energias Renováveis S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 2021, com sede na Fazenda Atravessado, S/N, Lote Gleba 1, Zona Rural, Brasileira no Estado do Piauí. A controladora direta da Companhia é a Pacific Hydro Energia do Brasil Ltda. e em última instância pela State Power Investment Corporation China.

A Companhia tem como principal atividade a geração de energia elétrica a partir de energia solar, cuja capacidade instalada será de 30,0 MW, os investimentos necessários são suportados por aportes dos acionistas o que garantirá a finalização da construção e início das operações em 2024.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

Em 09 de abril de 2024, a Diretoria da Companhia autorizou a conclusão das demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

2.1 Declarações de conformidade

As demonstrações contábeis foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas “normas contábeis IFRS®”), incluindo as interpretações emitidas pelo IFRS Interpretations Committee (IFRIC® Interpretations) ou pelo seu órgão antecessor, Standing Interpretations Committee (SIC® Interpretations) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

2.2 Moeda funcional

As demonstrações contábeis são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3 Bases de preparação e apresentação

A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na classificação circulante / não circulante.

Um ativo é classificado no circulante quando: (i) se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal; (ii) for mantido principalmente para negociação; (iii) se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação; ou (iv) caixa ou equivalentes de caixa, a menos que haja restrições quanto à sua troca ou seja utilizado para liquidar um passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação. Todos os demais ativos são classificados como não circulantes.

Um passivo é classificado no circulante quando: (i) se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal; (ii) for mantido principalmente para negociação; (iii) se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação; ou (iv) não há direito

incondicional para diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação. A Companhia classifica todos os demais passivos no não circulante.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo ou passivo não circulante.

2.3.1 Novas normas emitidas e emendas às normas contábeis

As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1o de janeiro de 2023:

CPC 26(R1) - Divulgação de políticas contábeis: alteração do termo “políticas contábeis significativas” para “políticas contábeis materiais”. A alteração também define o que é “informação de política contábil material”, explica como identificá-las e esclarece que informações imateriais de política contábil não precisam ser divulgadas, mas caso o sejam, que não devem obscurecer as informações contábeis relevantes.

CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro: a alteração esclarece como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis de mudanças nas estimativas contábeis, uma vez que mudanças nas estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente a transações futuras e outros eventos futuros, mas mudanças nas políticas contábeis são geralmente aplicadas retrospectivamente a transações anteriores e outros eventos anteriores, bem como ao período atual.

CPC 32 - Tributos sobre o Lucro: a alteração requer que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre as transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis. Isso normalmente se aplica a transações de arrendamentos (ativos de direito de uso e passivos de arrendamento) e obrigações de descomissionamento e restauração, como exemplo, e exige o reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos adicionais.

CPC 32 – Tributos sobre o Lucro: em dezembro de 2021, a Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) divulgou as regras do modelo Pilar Dois objetivando uma reforma da tributação corporativa internacional de forma a garantir que grupos econômicos multinacionais dentro do escopo dessas regras paguem imposto sobre o lucro mínimo efetivo à taxa de 15%. A alíquota efetiva de impostos sobre o lucro de cada país, calculada nesse modelo, foi denominada “GloBE effective tax rate” ou alíquota efetiva GloBE. Essas regras deverão ser aprovadas pela legislação local de cada país, sendo que alguns já promulgaram novas leis ou estão em processo de discussão e aprovação.

As alterações mencionadas acima não tiveram impactos materiais para o Grupo, exceto pelas alterações em relação às alterações do CPC 26 (R1) sobre a definição e identificação de políticas contábeis materiais.

2.3.2 Novas normas emitidas e emendas as normas contábeis ainda não adotadas pela Companhia

CPC 26(R1) e CPC40 - Acordos de Financiamento de Fornecedores - As alterações introduzem novas divulgações relacionadas a acordos de financiamento com fornecedores (“Risco Sacado”) que ajudam os usuários das demonstrações financeiras a avaliar os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa de uma entidade

e sobre a exposição da entidade ao risco de liquidez.

CPC 06(R2) - Passivo de arrendamento em uma transação de “Sale and Leaseback” - a alteração traz esclarecimentos sobre o passivo de arrendamento em uma transação de venda e relocação.

CPC 26 (R1) - Classificação do Passivo como Circulante ou Não Circulante e Passivo Não Circulante com Covenants.

O Grupo não espera impactos significativos em suas demonstrações financeiras em relação as normas supracitas. As alterações serão aplicáveis a partir de 1o de janeiro de 2024.

2.4 Uso de estimativa e julgamento

Na elaboração das informações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e práticas contábeis internacionais, é requerido que a Administração da Companhia se baseia em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. Anualmente, a Companhia revisa as estimativas e premissas para a elaboração das Demonstrações Contábeis.

A estimativa que representa risco com probabilidade de causar ajustes materiais ao conjunto das informações contábeis, nos próximos exercícios, refere-se ao registro da provisão de descomissionamento na nota explicativa 10.

2.5 Continuidade operacional

A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

3. Políticas contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações contábeis foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente. A adoção das políticas contábeis e os conceitos estão descritos abaixo em cada uma das notas explicativas correspondentes.

4. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

Em conformidade com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, as transações operacionais, de investimento e financiamento são segregadas conforme cada atividade e negócio da Companhia. A classificação por atividade proporciona informações que permitem aos usuários avaliarem o impacto de tais atividades sobre a posição financeira da entidade e o montante de seu caixa e equivalentes de caixa.

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u> Não auditado
Caixas e bancos	5	1
Aplicações financeiras de curto prazo	-	156
	<u>5</u>	<u>157</u>

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

Esses investimentos estão remunerados à taxa de 100% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI e são vinculados a modalidade de aplicação CDB.

5. Imposto a recuperar e recolher

	Saldo em 31/12/2022 Não auditado	Adição	Adiantamentos / Pagamentos	Transferência	Saldo em 31/12/2023
Ativo - a recuperar					
Imposto de renda e contribuição social	-	17	-	(17)	-
PIS e COFINS	-	27	-	-	27
IRRF sobre aplicação financeira	1	19	-	(20)	-
Imposto de renda e contribuição social a compensar	-	-	-	35	35
Total	1	63	-	(2)	62
Circulante	1				62
Total	1				62
Passivo - a recolher					
Imposto de renda e contribuição social	-	8	(6)	(2)	-
PIS e COFINS	-	6	(6)	-	-
Tributos sobre serviços prestados por terceiros	4	1.300	(1.046)	-	258
Outros	-	1	-	-	1
Total	4	1.315	(1.058)	(2)	259
Circulante	4				259
Total	4				259

6. Outros ativos

	31/12/2023	31/12/2022
	Circulante	Não auditado Circulante
Outros ativos		
Despesas antecipadas	157	17
Despesas antecipadas com capitação de dívida	300	-
Total	457	17

7. Imobilizado

Obras em andamento, móveis e utensílios, instalações e equipamentos são demonstrados ao custo de aquisição acrescidos de impostos não recuperáveis sobre as compras quaisquer custos diretamente atribuíveis para ativação do bem no devido funcionamento, líquido de depreciação acumulada e perdas acumuladas por perda por redução ao valor recuperável, se houver. Esse custo inclui o custo de reposição do ativo imobilizado e custos de financiamentos para projetos de construção se os critérios de reconhecimento forem atendidos. Quando partes significativas do ativo imobilizado precisarem ser substituídas em intervalos, a Companhia as deprecia separadamente com base em suas vidas úteis específicas.

Os custos com manutenções periódicas e rotineiras dos itens são reconhecidos diretamente no resultado do exercício quando incorridos.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear de acordo com a vida útil de cada unidade de adição e retirada, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

a. Composição do Imobilizado

	31/12/2023		31/12/2022	
	Custo histórico	Valor líquido	Custo histórico	Valor líquido
Imobilizado				
Descomissionamento	954	954	-	-
Total do imobilizado em serviço	954	954	-	-
Imobilizado em curso				
Geração	105.404	105.404	364	364
Total do imobilizado em curso	105.404	105.404	364	364
Total do Imobilizado	106.358	106.358	364	364

b. Movimentação do Imobilizado

	Valor líquido em 31/12/2022			Reclassificação (i)	Valor líquido em 31/12/2023
	Não auditado	Ingressos			
Descomissionamento	-	954		-	954
Total do imobilizado em serviço	-	954		-	954
Imobilizado em curso					
Máquinas e equipamentos	-	88.895		3.334	92.229
Adiantamento a fornecedores	364	12.811		-	13.175
Total do imobilizado em curso	364	101.706		3.334	105.404
Total do imobilizado	364	102.660		3.334	106.358

(i) O valor de R\$ 3.334 foi reclassificado do intangível para o imobilizado para refletir os gastos com a construção dos parques solares.

As informações sobre o descomissionamento estão descritas na nota explicativo 10.

8. Intangível

Os ativos intangíveis compreendem gastos relativos a desenvolvimento da planta de geração de energia solar registrados ao custo de aquisição e formação.

Os gastos com desenvolvimentos de projetos solares nas controladas são reconhecidos como ativos intangíveis a partir da fase de desenvolvimento desde que cumpram com os requisitos definidos no CPC 04 (R1) e são registradas ao custo de aquisição e formação, deduzindo o valor de amortização. Os gastos com pesquisas são registrados como despesas quando incorridos, e os gastos com desenvolvimento são capitalizados, se tiverem viabilidade tecnológica e econômica, e amortizados pelo período esperado de benefícios dentro do grupo de despesas operacionais. Os custos de desenvolvimento de um projeto específico são reconhecidos como ativo intangível sempre que se puder demonstrar: (i) a viabilidade técnica de concluir o ativo intangível da forma que estará disponível para uso ou venda; (ii) a intenção de concluir o ativo e a habilidade de usar ou vender o ativo; (iii) como o ativo gerará benefícios econômicos futuros; (iv) a disponibilidade de recursos para concluir o ativo; e (v) a capacidade de avaliar de forma confiável os gastos incorridos durante a fase de desenvolvimento.

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com marcas, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

A Companhia não reconheceu em 31 de dezembro de 2023 despesas de amortização, tendo em vista que se encontra em fase pré-operacional e o ativo está em andamento, ou seja, não se encontra nas condições pretendidas pela Companhia.

A Companhia avaliou que até 31 de dezembro de 2023 não existiam indicativos de perda de valor recuperável de seu intangível em andamento.

a. Composição do Intangível

	31/12/2023		31/12/2022 Não auditado	
	Custo histórico	Valor líquido	Custo histórico	Valor líquido
Intangível em curso				
Outros projetos	-	-	3.334	3.334
Software	32	32	-	-
Total intangível	<u>32</u>	<u>32</u>	<u>3.334</u>	<u>3.334</u>

b. Movimentação do Intangível

	Valor líquido em 31/12/2022 Não auditado	Adições	Reclassificação	Valor líquido em 31/12/2023
Intangível em curso				
Outros projetos	3.334	-	(3.334)	-
Software	-	32	-	32
	<u>3.334</u>	<u>32</u>	<u>(3.334)</u>	<u>32</u>

9. Fornecedores

	31/12/2023	31/12/2022 Não auditado
Materiais e Serviços	<u>5.178</u>	<u>221</u>
	<u>5.178</u>	<u>221</u>

10. Provisões

Provisões são reconhecidas quando a empresa e suas controladas têm uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

Provisões para descomissionamento

Provisões para descomissionamento são constituídas quando existe uma obrigação legal ou contratual. Consequentemente, encontram-se constituídas provisões desta natureza nas usinas de geração de energia elétrica eólica para fazer face às respectivas responsabilidades relativas a despesas com a reposição dos locais e terrenos. Estas provisões são constituídas devido a existência de um contrato de arrendamento no qual está determinado que a Companhia e suas controladas deverão devolver o terreno nas mesmas condições no momento inicial do arrendamento.

	31/12/2023	31/12/2022 Não auditado
Provisão para descomissionamento	<u>954</u>	<u>-</u>
	<u>954</u>	<u>-</u>

A Companhia aplicou como estimativa inicial durante a fase de construção o percentual de 1% sobre os ativos imobilizados das controladas para a constituição do descomissionamento. Em 2024 na unitização dos parques solares as controladas farão o estudo detalhado sobre o descomissionamento para a mensuração dos valores baseado em laudos técnicos, e se necessário, ajustarão a sua melhor estimativa.

11. Patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2023, o capital subscrito e integralizado é de R\$ 100.605 representado por 100.605 ações ordinárias subscritas e integralizadas e R\$ 23.718 representado por 23.718 ações subscritas e não integralizadas (capital a ser integralizado durante o exercício de 2024), todas nominativas e com valor nominal de R\$ 1,00, conforme demonstrado a seguir:

	31/12/2023	
	Quantidade de ações	Valor
Transferência de acervo líquido (a)	3.740	3.740
Capital subscrito (b)	120.583	120.583
(-) Capital a integralizar (c)	(23.718)	(23.718)
	100.605	100.605

- (a) Em 30 de maio de 2022, ocorreu aumento de capital na Companhia, através da transferência de acervo líquido da Holding.
(b) Aportes de capital ocorridos através de recursos bancários de seu acionista, totalmente subscritos.
(c) Demonstração da movimentação de capital ocorridos em 2023.

Em 31 de dezembro de 2023 o Capital Social estava composto conforme segue:

	31/12/2023			31/12/2022 Não auditado		
	Quantidade de ações	R\$ mil	% do capital social	Quantidade de ações	R\$ mil	% do capital social
Marangatu Holding	100.605	100.605	100%	3.740	3.740	100%
	100.605	100.605	100%	3.740	3.740	100%

12. Nota de gastos

	2023		2022 Não auditado	
	Gerais e Adm.	Total	Gerais e Adm.	Total
Serviços de terceiros	51	51	97	97
Auditoria Externa	26	26	-	-
Outras (a)	7	7	-	-
Total	84	84	97	99

- a) Os gastos classificados como outros referem-se a impostos, taxas e despesas cartorárias.

13. Resultado financeiro

	2023	2022 Não auditado
	Receitas financeiras	
Juros e variações monetárias		
Renda de aplicações financeiras	126	5
(-) Tributos sobre Receitas financeiras	(6)	-
Receitas financeiras total	120	5
Despesas financeiras		
Outras despesas financeiras	(24)	-
Despesas financeiras total	(24)	-
Total resultado financeiro	96	5

14. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de taxa de juros;
- Risco operacional;
- Risco de liquidez.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos avaliados pela Administração, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia, por meio de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os colaboradores entendam os seus papéis e obrigações.

a) Risco de crédito

O risco surge da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seu cliente. Este risco é avaliado pela Administração com base nos riscos de mercado e operacionais. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia não tem exposição de crédito em seus ativos.

b) Risco de taxa de juros

Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a seus empréstimos e financiamentos. Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia não possui financiamento.

c) Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial.

d) Risco de liquidez

Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da

Administração é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A tabela abaixo apresenta informações sobre os vencimentos futuros de compromissos contratuais dos passivos financeiros da Companhia:

	31/12/2023		31/12/2022
	De 1 a 3 meses	Total	Não auditado Total
Passivos Financeiros			
Fornecedores	5.178	5.178	221
Total	5.178	5.178	221

Outros riscos considerados relevantes

a) Risco regulatório

As atividades da Companhia, assim como de seus concorrentes, são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia.

b) Risco de alteração da legislação tributária no Brasil

Alterações na legislação tributária podem gerar eventuais impactos no Grupo. Estas alterações podem, por exemplo, incluir mudanças nas alíquotas dos tributos vigentes, instituição de novos tributos em caráter permanente ou temporário, supressão de benefícios fiscais, cuja arrecadação seja associada a determinados propósitos governamentais específicos.

Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional (“EC”) no 132, que estabelece a Reforma Tributária (“Reforma”) sobre o consumo. Vários temas, inclusive as alíquotas dos novos tributos, ainda estão pendentes de regulamentação por Leis Complementares (“LC”), que deverão ser encaminhadas para avaliação do Congresso Nacional no prazo de 180 dias.

O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido (“IVA dual”) em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS) e uma subnacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá os tributos PIS, COFINS, ICMS e ISS.

Foi também criado um Imposto Seletivo (“IS”) – de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de LC.

Haverá um período de transição de 2024 até 2032, em que os dois sistemas tributários – antigo e novo – coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por LC. Consequentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2023.

c) Mudanças climáticas

Os parques solares da Companhia, por essência, já são grandes contribuintes para a redução das emissões de Gases de Efeito Estufa (“GEE”), que são os principais causadores do aquecimento global e das mudanças climáticas. Ao gerar energia por fonte renovável, ou seja, sem a queima de combustíveis fósseis, o Grupo não só fornece energia limpa para o crescimento econômico do país, como contribui para que o Brasil seja cada vez menos dependente do petróleo.

Em se tratando das consequências das mudanças climáticas e possíveis impactos sobre os negócios da Companhia, os principais riscos operacionais para os negócios são: incêndio, explosão, interrupção de operação e danos naturais. Entretanto, não foram identificados riscos climáticos relevantes, exceto pela variação do recurso solar que impacta na geração de energia. A Companhia monitora constantemente e atualiza seus estudos de recurso solar para avaliar eventuais impactos em sua produção de energia futura.

15. Seguros

A Companhia mantém cobertura de seguros por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos nas suas operações e a orientação de seus consultores de seguros (não auditado).

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia mantém seguros para Responsabilidade Civil Obras e com limite máximo de indenização de R\$ 50.000.000 com período de vigência de 27/12/2022 a 27/04/2024 e Riscos de Engenharia Civil com limite máximo de indenização de R\$ 450.000.000 com período de vigência de 29/12/2022 a 27/04/2024.

16. Transações que não afetaram o caixa

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Atividades de Investimento		
Adições ao Imobilizado e Intangível	954	-

Do valor total de adições R\$ 102.660, o valor de R\$ 954 na Nota explicativa 7, refere-se a adições ao imobilizado decorrentes da Provisão para descomissionamento dos parques solares.

17. Eventos subsequentes

Nos meses de janeiro a março de 2024 a Empresa recebeu os seguintes aportes de capital da sua Controladora Marangatu Holding S.A:

<u>Data</u>	<u>Montante</u>
30/01/2024	1.289
05/02/2024	145
09/02/2024	1.333
16/02/2024	4
20/02/2024	830
21/02/2024	697
01/03/2024	150
05/03/2024	44
11/03/2024	82
Total	4.574

A Companhia entrou em operação comercial em março de 2024.

Composição da Diretoria

André Pereira
Diretor Geral

Paulo Dutra
Diretor Financeiro

Valéria Lopes de Souza
CRC-1SP145065/O-9 S-PI